

Se a burguesia quisesse . . .

III

A primeira reforma a fazer

De todas as reformas apontadas no artigo anterior e de quantas se possam pôr em prática, nenhuma mais necessária e urgente, nenhuma de que tanto dependam as outras, como a reforma administrativa, largamente descentralizadora.

Mas em actos, não apenas em palavras no *Diário do Governo*.

Vamos em mais de onze anos de república, durante os quais nada se tem feito, — não falo de leis, de palavras, falo de actos, de obras — que não seja manter ou robustecer o espírito centralista da nossa vida política, há tantos anos de efeito adormecedor para uns, asfixiante para outros, intolerável para todos que, estando acordados, pretendem que o país deve ser mais alguma coisa que um rebanho. No tempo da propaganda republicana, da propaganda de princípios — e quanto mais se recua, mais êsse aspecto se evidencia — uma das suas notas mais frisantes e mais simpáticas era a defesa, o elogio da descentralização política e administrativa, da autonomia regional.

Há bastantes anos que, conforme sei e posso, venho insistentemente lutando pela autonomia, pela descentralização, na convicção, cada vez mais arraigada, dos seus benéficos efeitos. E, triste é confessá-lo, tenho que dizer sempre a mesma coisa (*porque nada ainda se fez*, apesar dos discursos, das promessas dos caudilhos de outr'ora e governantes de agora) que repetir o que centenas de vezes tenho dito e escrito.

Seja-me permitido transcrever algumas palavras dum opúsculo, há anos publicado, para justificar o que afirmo e demonstrar a necessidade de reclamar a reforma em questão. (1)

«No jardim das Tulherias, em Paris, ergue-se um monumento a Waldeck-Rousseau, onde se lê o seguinte pensamento do famoso político: «*Avant de devenir sage, il faut avoir été longtemps libre.*» Em toda a parte isto quer dizer que um povo não

progride, não se eleva senão pelo exercício da liberdade. Não há ninguém, de liberal para cima, que o negue; e foi esta verdade que, muitas vezes com eloquência os republicanos prégarão ao povo. A centralização sufocara tudo, e tornava-se urgente dar muito ar aos municípios, para que êstes deixassem de ser meros instrumentos do poder central. Quantas vezes não ouviram os *habitués* dos comícios e das chamadas conferências estas afirmações, com a promessa de que a República seria nesse campo, como em tantos outros, a libertadora!»

«O que nos dizem hoje os mesmos que pré-gavam a descentralização e a autonomia libertadoras e educadoras? O mesmo que os monárquicos diziam da república: que o povo não estava preparado para viver livre, para exercer a democracia que os republicanos pré-gavam, ao que os republicanos respondiam que os monárquicos mostravam assim que só podiam viver com o povo tutelado, sem liberdades populares, porque a monarquia era incompatível com elas. Quando aos republicanos, e êsses são a quasi totalidade, que entendem não se poderem dar regalias de autonomia regional, porque o atraso da população o não permite, se mostra o que há de contraditório com a propaganda feita, respondem que não foram êles que a fizeram, ou dizem que prégar é uma coisa e governar é outra, ou fazem-se surdos e passam a outro assunto. E' o que acontece mais vezes, talvez por ser o mais cómodo.»

Passados mais de onze anos sobre o 5 de outubro, os políticos encontram-se mais surdos que nunca, não só quanto à descentralização como a tudo o mais. Já nem se justificam; os tempos da propaganda vão longe. E o que então se pré-gava! Portugal deveria ser, havia de ser, quando se fundasse a República, a Suíça do ocidente: muita descentralização, federalismo, democracia, muita modéstia, como convém a um pequeno país, meio arruinado, pelos desperdícios dos *grandes*. . . Mas à medida que o tempo passava e se antevia mais

(1) *Ilusões políticas*, 1913.

seguramente a queda da monarquia, ia desaparecendo o idealismo da propaganda e já apareciam esboçados os futuros agrupamentos políticos, em volta de chefes rivais na influência sobre as multidões que os aclamavam.

Nos últimos anos da monarquia, seria difícil encontrar, entre os mais activos propagandistas, quem conhecesse o programa do partido republicano, que nem já se citava, como se se tratasse dum fóssil... político. E' certo que elle não valia grande coisa; mas o que também é verdade é que não havia outro melhor, ninguém se entretendo com princípios ou orientações Joutrinárias, entregues todos, duma maneira ou doutra, à preparação e propaganda da revolução. Depois de 1910, á parte o que se fez de combate às regalias clericais — não discutindo agora o *modus faciendi* — e que era preciso fazer-se para dar satisfação à opinião da massa republicana, para a qual o 5 de outubro foi sobretudo uma vitória anti-clerical, á parte isso, nada se tem feito além da abundante produção de palavras no Parlamento e no *Diário do Governo*. De facto, o que tem correspondido ao que nos programas do partido republicano se dizia de descentralização política e administrativa e ao que nos comícios se pregava, é uma constante intervenção, uma fortíssima pressão do poder central. Resultado: progresso político, nulo; progresso económico, nulo; progresso educativo, nulo; aumento constante da indisciplina tumultuária, e irritação crescente do país contra o que já se chama a ditadura de Lisboa.

*

Uma das maiores dificuldades que a idea da descentralização política encontra, provém dum preconceito muito espalhado, mesmo entre os espiritos mais progressivos: a idea da falta de preparação da massa popular para a autonomia, para o *self-government*.

Muitos partidários da centralização defendem-na como um mal necessário, forma transitória, que deve desaparecer á medida que o povo se educa. Com estes não há que discutir, pois trata-se apenas duma questão de oportunidade, como acontece com certos burgueses e o socialismo. Todos são pelas inovações, pelo progresso, pela liberdade... Mas que fazer senão esperar e ir vivendo, enquanto o povo não está preparado? O povo nunca está preparado para aquilo que nos não convém.

Se o povo não estava e não está preparado para a descentralização política, tinham razão os monárquicos dizendo que esse povo não estava preparado para a república. Esta não se compreende

sem uma soma maior de autonomia que a do regimen monárquico. Não sendo assim, a república será tudo que se quiser menos uma democracia e poderá dar-se-lhe o nome que se entender, que não deixa de ser um regimen de tutela governamental.

Mas pôde-se perguntar aos centralistas sinceros: admitindo que o povo não está preparado para a autonomia, estavam os dirigentes republicanos preparados para o governar? Não; nem praticamente, porque nunca tinham governado, nem teoricamente, porque já no tempo da propaganda e depois dela, mostraram uma completa ausência de planos de governo. De resto, a obra aí está bem patente a evidenciar a preparação.

Ninguém estava preparado, nem povo nem dirigentes; e aos monárquicos se respondia que com boa-vontade e honestidade seria difícil fazer mais asneiras do que elles e que á medida que a prática fosse ensinando, se iriam corrigindo os erros da inexperiência. Foi assim que, em parte se formou a crença de que bastava muita honestidade para se salvar o país, o que é um erro.

Nestas condições se a boa vontade, a honestidade e a *prática futura* serviam para justificar a posse do poder pelos dirigentes republicanos, deviam logicamente servir para o exercício da soberania popular, dentro do seu campo de acção. Mais ainda: se as coisas se encarassem sem preconceitos e se houvesse razão de preferência, deveria esta favorecer a massa popular, visto que, se se produzissem erros, estes, applicados a uma pequeníssima parte do país, não teriam os efeitos dos erros dos governantes, que se repercutem, em regra, pelo país todo. Além disso o número de probabilidades de acertar é maior por parte dos organismos populares, pelo conhecimento mais directo das pessoas, dos seus interesses e dos interesses da região.

Porque se produziu o contrario? Por causa do preconceito da *categoria social*. Diga-se o que se disser, o que é certo é que a categoria social ainda é, aos olhos da grande maioria dos individuos, um dos melhores atestados de competência e sobretudo de competência governamental. Por mais que se grite contra o diploma, por mais que elle seja menosprezado, em palavras, pelos que o possuem e pelos que o não possuem; por mais demonstrado que esteja que não é elle nem pode ser elle que dá aptidão e competência, é elle que impera, aliado ao seu companheiro e padrinho, o dinheiro. Este dá, como o diploma, aptidão e competência; e são elles que colocam o individuo na categoria social donde saem os que governam, os que mandam.

Todos sabem que isto é assim. Todavia, continua-se a afirmar que apenas se presta culto ao mérito comprovado, á virtude cívica, que se não

admitem distinções de casta, que os diplomas nada significam, etc. É o preconceito da categoria que faz que se aceite, como coisa natural e lógica, que os que governam sem preparação possam negar ao povo o exercício da autonomia em nome duma falta de preparação que para eles, todavia, não é impedimento. O povo, mais que ninguém, tem o preconceito da categoria social; e é por isso que se não lembra de dizer aos que o governam, que lhes pode dispensar os paternais serviços, que os erros que ele praticar os irá corrigindo, aprendendo com a experiência, que é o mesmo que a eles, governantes, pode acontecer e o que sempre tem acontecido, pois nunca o progresso se realizou doutra forma. É, em grande parte, com aquêl preceito que a escravidão, a sujeição sob vários aspectos e com vários nomes se perpetua, e a liberdade que se apregoa nunca é a liberdade que se possui. Esse centralismo provisório e educador do povo, que os governantes e os ingênuos pregam, é apenas a consolidação do poder, a perpetuação da sujeição do povo, porque a sua educação cívica só se pode realizar pela prática dos direitos e deveres, fora da acção do poder central, autonomicamente, isto é, pela prática da liberdade. *Pour devenir sage, il faut avoir été longtemps libre.*

A reforma administrativa é a mais importante, tratando-se de atender ao progresso geral do país e não de qualquer remédio urgente a aplicar a qualquer ramo de administração, o que é uma questão de expediente de mais ou menos importância, mas expediente.

A primeira e indispensável condição que se não deve perder de vista, é a grande e constante interdependência dos fenómenos sociais e portanto das reformas e dos serviços que as devem garantir. De não se considerar devidamente esta condição, é que, em grande parte, resultam, por um lado inúteis as reformas e por outro inexequíveis os planos que se apresentam e que tem, por vezes, coisas muito aproveitáveis.

Planear reformas e regulamentar serviços isoladamente como se fossem coisas que de mais nada dependessem, é votá-las de ante-mão á esterilidade. Eu bem sei que se estas palavras fossem lidas por políticos profissionais, por homens que tem legislado e governado, o comentário seria o clássico encolher de ombros, acompanhado do não menos clássico: «toda a gente sabe isso há muito tempo»! E é verdade; é coisa muito sabida. Mas sendo assim, porque é que os nossos legisladores e estadistas o não tem feito?

Porquê, sabe-se bem: é porque os políticos não tem a norteá-los um ideal social bem definido nem o amor pelo povo bem sentido.

O que lêem nos livros e nas revistas, embora o compreendam, não vai servir aquele ideal e aquele amor, ficando por isso sem utilidade na agitação da vida política dos partidos, nessa barafunda em que se perdem assim as melhores inteligências e as maiores energias. Do estudo desta correlação das reformas a fazer, da sua recíproca dependência, resulta, ou antes, resultou há muito tempo, para mim, a convicção de que a principal, por ser aquela de que mais dependem as outras, é a da descentralização administrativa e política. Indo dumas para as outras, numa relação de dependência, chega-se sempre à necessidade de autonomizar a vida regional. Mas há ainda outra condição muito importante a tomar em consideração para o êxito dum plano geral de reformas. Veremos isso no próximo artigo.

EMILIO COSTA.

* * * * *

D. Ramiro de Maeztu

Não é um simples jornalista, é um escritor ilustre, o autor da *Crise do Humanismo*, que veio passar algumas semanas em Portugal. Figura da maior distinção e cultura espiritual, austero e tolerante, disciplinando a existência numa orientação de superior religiosidade, D. Ramiro de Maeztu paira acima das contingências e incertezas do seu tempo e do seu país. Para além da Espanha das juntas militares e de Afonso XIII, que vê no estudo intenso uma escola condenável de pessimismo, há uma Espanha nova, cujas aspirações ultrapassam as estreitas fronteiras dum nacionalismo fanático. O ilustre escritor, talvez o mais europeu da sua pátria, tem contribuído largamente para alentar esse espírito moderno.

Agradecemos muito, ao ilustre escritor, o artigo que consagrou à *Seara Nova*, no *El Sol*, e que, nos seus limites de crónica de jornal, marcou, pelo menos, com justiça e simpatia, o idealismo da nossa acção.

* * * * *

«SEARA NOVA»

Serviço administrativo

Aos nossos assinantes e a todas as pessoas que se inscreverem durante o 1.º semestre do ano corrente, como assinantes da Revista, será feito o desconto de 50 % nas edições da *Seara Nova*, publicadas até 30 de Junho de 1922. A partir dessa data, os assinantes da Revista terão direito ao desconto de 20 % sobre as nossas edições. Cada assinante tem direito apenas a um exemplar de cada obra, com o referido desconto.

Esperamos, dentro em pouco, iniciar um rápido e cuidado serviço de remessa de livros e todo o género de publicações, para os nossos agentes, assinantes e anunciantes da província.